

Vol. 01, **Nº 02** (2024)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE **LETRAS**

A PROPÓSITO DE UMA RECEPÇÃO DE OBRA DE CAMÕES:
CARL SCHMITT, INTÉRPRETE DA EXPANSÃO
PORTUGUESA E EUROPEIA NA ERA MODERNA

Carlos Leone



**A PROPÓSITO DE UMA RECEPÇÃO DE OBRA DE CAMÕES:
CARL SCHMITT, INTÉRPRETE DA EXPANSÃO PORTUGUESA E EUROPEIA
NA ERA MODERNA**

ON A RECEPTION OF CAMÕES:
CARL SCHMITT AS AN INTERPRETER OF EUROPEAN MARITIME EXPANSION
IN MODERNITY

Carlos Leone¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8580-8441>

SCOPUS: <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=37124590500>

RESUMO: Na secção V da longa crítica que fez ao ensaio de Ernst Jünger *O Nó Górdio*, Carl Schmitt dedica a Camões e, por arrasto, aos portugueses, algumas breves linhas que destoam não apenas da autoimagem cultivada em Portugal e na língua portuguesa a respeito de *Os Lusíadas* e das Descobertas portuguesas, mas que, além disso, merecem exame próprio pela concatenação que fazem destas temáticas com as navegações globais europeias que marcaram a era moderna. Nesta nóttula, tentamos 1) dar conta do argumento geral de Schmitt (e subsidiariamente do seu pretexto jungeriano); 2) analisar o seu juízo a respeito de Camões e de *Os Lusíadas*; 3) discutir a leitura schmittiana enquanto parte da recepção da Expansão portuguesa por outras culturas europeias.

PALAVRAS-CHAVE: Camões. Modernidade. Early modernity. Carl Schmitt.

ABSTRACT: In section V of his critical review of Ernst Jünger's *Der Gordische Knoten*, Carl Schmitt, makes a brief remark regarding Camoens and the Portuguese maritime Expansion that conflict with the Portuguese image of the Expansion. Also, Schmitt presents a view of European expansion that is noteworthy and calls for comment regarding the following aspects: 1) the overall argument of Schmitt and its reference to Jünger's work; 2) his comment on Camoens and *The Lusiads*; 3) the overall European reception of the Portuguese expansion.

KEYWORDS: Camoens. Modernity. Early modernity. Carl Schmitt.

¹ Doutor em História das Ideias (FCSH_UNL, 2004), investigador no Centro de Estudos Globais-Uni-versidade Aberta. Email: ce.leone@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8580-8441>

O texto de Ernst Jünger *Der Gordische Knoten* data de 1953 e a sua recepção crítica por Carl Schmitt surge em 1955, também em Alemão. Neste texto servimo-nos da edição conjunta na tradução italiana, Jünger e Schmitt 2023².

O ensaio de Jünger gira em torno da contraposição espiritual entre Oriente e Ocidente ao longo da História, que traça a História da oposição no momento em que o autor de *O Trabalhador* escreve, já em plena Guerra Fria. Mais do que seguir os passos do argumento jungeriano, para o nosso fito importa reter dois pontos: primeiro, o episódio do nó “de” Górdio, que ressalta do título da edição que usamos, salienta bem um ponto importante para o nosso tema, a centralidade das personagens históricas para a definição das eras da Humanidade, metodologicamente controverso em História mas aqui dado por adquirido; em segundo lugar, o argumento jungeriano não visa apenas remontar às origens históricas da oposição manifesta na Guerra Fria, pretende sim definir dois tipos de relação com o poder, uma baseada na liberdade (Occidental), outra na submissão (Oriental). Na impossibilidade de revisitar aqui este texto de Jünger como ele merece, registamos apenas a sua pertinência actual, além do brilhantismo da sua escrita.

A recepção de Schmitt ao texto é notável a vários títulos: pela sua elaboração, constituindo um ensaio schmittiano de direito próprio; pela apropriação que faz do texto ao seu amigo Jünger, em desvirtuar a argumentação deste para a melhor adaptar ao seu próprio argumento (que foca a dimensão técnica da era moderna e o seu efeito nas mundivisões); e, para o nosso fito, o papel que confere à Expansão marítima europeia nesse processo global de modernização pela técnica.

Segundo Schmitt, na secção V do seu texto (cf. p. 198, ed. cit.), desde o século XVI a Inglaterra tinha gradualmente vindo a integrar as “grandes descobertas e conquistas territoriais de portugueses, espanhóis, franceses e holandeses” (tradução nossa) e, chegado o momento da Revolução Industrial, estava já em posição de ganhar predominância na dominação global através dos mares. Isto porque foram os ingleses os primeiros (cf. pp. 198/9) a passar da terra ao mar de forma coerente: “Os espanhóis permaneceram terrestres. Os portugueses, não obstante as suas viagens extraordinárias, nunca conseguiram criar uma imagem marítima do mundo.” (p. 199) E, antes de prosseguir para considerações similares a respeito de holandeses (demasiado frágeis) e franceses (derrotados pelos ingleses ao fim de dois séculos de guerras), Schmitt faz uma referência directa a Camões que permite e motiva este nosso texto: “Até o poema heróico dedicado à época das suas descobertas, *Os Lusíadas* de Camões, no fundo fala do oceano Índico de um modo não diverso de como a *Eneida* de Virgílio fala do Mediterrâneo” (p. 199).

² Jünger, E. e Schmitt, C., 2023, *Il Nodo di Gordio*, Adelphi, Milão.

LEONE. Carlos. A propósito de uma recepção de Obra de Camões: Carl Schmitt, intérprete da Expansão portuguesa e europeia na era moderna.

E como não o entender imediatamente, nós que crescemos a escutar “Cesse tudo o que a Musa antiga canta, Que outro valor mais alto se alevanta”? Do Canto I de *Os Lusíadas*, e das suas múltiplas referências a outros deuses, sábios e conquistadores gregos (incluindo Alexandre), decorre exactamente esse confronto directo, intencionalmente pretendido por Camões. Nessa estratégia retórica de afirmação por contraposição resulta contudo, como Schmitt secamente anota, uma limitação inevitável – a de se perpetuar como reprodução de um modelo, obra ainda de um renascimento muito marcado pelo culto do Antigo, ainda que empenhado em superá-lo.

No fundamental, o argumento de Schmitt reduz Portugal, a sua Expansão, assim como a sua épica própria, a um passo preliminar da europeização mundial que serão os ingleses a consumir, precisamente pela combinação de a sua expansão marítima se intensificar quando a sua preponderância técnica se manifesta na Revolução Industrial. Isto vale, aliás, para todos os projectos expansionistas europeus anteriores, como já notámos. Mas, no caso português adquire um traço mais marcado, pela preponderância que ao longo do seu texto Espanha tem sobre Portugal e pela referência concreta a Camões, que Schmitt lê numa chave bem diversa da sua recepção predominante, ainda hoje.

Este último ponto é o que mais nos interessa e o que justifica – esperemos – recordar Schmitt em época de celebração camoniana. Mais do que uma leitura anómala perpetrada por um estanho ao campo dos Estudos Literários, o singelo comentário de Schmitt ilustra muito bem algo que a todos os que têm conhecimento da recepção da Expansão portuguesa em língua inglesa é imediatamente familiar. Falo do facto de o período da Expansão ibérica, para nós pináculo de uma modernidade própria, é descrito como «early modernity», em contraposição com a modernidade em sentido forte, a do Iluminismo, da técnica, do predomínio anglófono (para aqui incluir já o herdeiro e continuador americano do Império Britânico). Com efeito, e sem que Schmitt possa ser acusado de qualquer anglofilia, o comentário que faz a respeito da limitação do texto camoniano e a ênfase que coloca na coerência única dos ingleses enquanto povo marítimo integram-se naturalmente nesta visão canónica da Modernidade no mundo de língua inglesa. Ora, essa visão é justamente algo que a autoimagem portuguesa, e em particular a glorificação da épica camoniana, não pode acolher, sob pena de autoflagelação, mesmo autodestruição. Problema de definição identitária, afinal: ou bem que a a Expansão portuguesa é um processo histórico, parcelar e limitado, parcialmente contraditório nos seus resultados como é típico de processos históricos (e então a leitura schmittiana diminui a obra camoniana na



sua pretensão de cantar uma realidade); ou então é uma aventura cultural, cujo valor simbólico não pode aliás ser reduzido aos *Lusíadas* (penso desde logo na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, mas outras obras serão de mencionar), mas desprovido de «valor de verdade» enquanto registo de uma modernidade histórica portuguesa plenamente autónoma.

Como já foi notado há muito tempo pelo sociólogo português Hermínio Martins (cito de memória o seu *Classe, Status e Poder*, de 1998), “em Portugal as discussões políticas terminam sempre em discussões históricas”. Longe de ser uma particularidade portuguesa – embora o percebamos sem dificuldade – esta é uma característica dos povos com demasiada história e insuficiente modernização social (pensemos nas sociedades dos Balcãs, por exemplo). Pode ser argumentado que Camões não pretendeu cantar um processo social, mas sim um evento histórico específico, a empresa de Vasco da Gama, pelo que todo o plano a que Schmitt se reporta é estranho à sua Obra. Sucede que essa tentativa de um esplêndido isolamento artístico não colhe. E dizemos que não colhe a dois títulos, pelo menos:

- em primeiro lugar, porque o passo excessivo é dado desde logo pelos portugueses, que não resistem a ler Camões como símbolo mais do que cultural – e desde logo a elevá-lo (ou, afinal, a rebaixá-lo?) a testemunho histórico, com as decorrentes derivações políticas, sociais, enfim, com todo o tipo de aproveitamentos espúrios da sua épica;

- em segundo lugar, não colhe ainda – e de modo decisivo – para a cultura Ocidental, não apenas a inglesa diga-se, esta singularidade camoniana e portuguesa, pois a Expansão portuguesa é pensada sempre no âmbito europeu e ibérico e por a épica de Camões ser lida em cotejo que o próprio autor suscitou com o modelo Antigo e, desse modo, ainda no âmbito da Literatura renascentista.

De tudo isto decorre algo que é bem sabido por todos aqueles que já tiveram a experiência de ensinar História ou Cultura portuguesa no mundo de língua inglesa. Mais do que qualquer crítica pós-colonial ou afim (às quais a literatura deste período se exime bem pois não está focada sequer no colonialismo), a resistência maior à valorização portuguesa de *Os Lusíadas* fora do mundo lusófono reside na marginalidade histórica da “early modernity”, um período importante e interessante sem dúvida mas menor quando cotejado com a Modernidade em sentido forte. Seja nos *curricula*, na comunicação social, na vida institucional, esta “early modernity” é como que uma pré-história da modernidade, algo de certo modo arcaico e exótico (quando os povos nativos das Américas eram tomados por índios!). A modernidade,

LEONE. Carlos. A propósito de uma recepção de Obra de Camões: Carl Schmitt, intérprete da Expansão portuguesa e europeia na era moderna.

essa, verdadeira superação dos Antigos, é entendida como algo diverso, com outros agentes que não os ibéricos, de um período posterior – e marcado, definido, concretizado pela técnica, pela indústria, pela dominação da Natureza que era ainda a grande opositora dos navegadores.

Em tempo de celebrações do quinto centenário esta nótula não serve para diminuir a Obra nem o seu Autor. Na verdade, uma e outro navegam com notável sucesso a relativa obscuridade da “early modernity” sem contudo soçobram na exegese fatal da crítica ao Canône exarada em nome de realidades que não se lhes aplicam e de valores que não os movem. Entre Cila da obscuridade histórica e Caribdis dos ultrajes culturais, a relativa marginalidade da literatura da Expansão – não apenas a camoniana, insistimos – tem virtualidades não menosprezáveis. Contudo, é apenas justo referir, como mão amiga me fez notar em tempo, que precisamente o século XXI está a ser marcado por uma revisão desta imagem dominante da Expansão portuguesa, com a multiplicação de títulos sobre o «milagre português» no panorama editorial anglófono. Fenómeno ainda demasiado recente para podermos aferir a sua influência, a sua ênfase parece contudo incidir numa reavaliação da História portuguesa da Expansão enquanto fenómenos geopolítico e não tanto na sua expressão cultural e artística específica (literária ou outra). Alguns percursos bem conhecidos (como Charles Boxer) não mudam o cenário geral, aliás ainda marcado pelo comparativismo de extração geográfica, método que enviesa a compreensão do caso português pela sua proximidade a Espanha e aos seus «conquistadores», que não são de todo os portugueses, mercadores por excelência (afora casos excepcionais como Afonso de Albuquerque)³.

O comentário *en passant* de Carl Schmitt, no âmbito de uma discussão de alcance totalmente diverso daquela que move os estudos camonianos, serve por isso apenas de mote para uma discussão a fazer sobre o lugar mais apropriado para dar conta a outros (e a nós próprios?) da História de Portugal, não apenas da Expansão, assim como dos papeis que cumpre a Obra de Camões no seu conhecimento e crítica. Essa discussão a fazer, contudo, não deve ser apenas científica ou cultural, mas sim institucional. Em rigor, dar o nome do poeta a prémios pode engrandecer os premiados, mas apenas isso; relevante seria promover o diálogo com a Modernidade no seu todo, *maxime* com a História no seu conjunto. Para tanto, a avaliar pela experiência disponível não parece possível avançar sem uma concatenação de esforços entre o lado português e o lado brasileiro, este indubitavelmente o responsável maior pela divulgação e ensino da língua no mundo. A avaliar pelo

3 Acresce a isto que a realidade geográfica de Espanha, que comporta Atlântico e Mediterrâneo, difere da portuguesa, exclusivamente atlântica. E esta não é uma questão apenas de geografia física, teve (e tem) profunda consequências geopolíticas e culturais.

andamento das comemorações, não estou certo que mesmo toda a grandeza de Camões tenha sido bastante para propiciar tal diálogo. Que o presente dossier (e este modesto contributo) possam ser – como se dizia antigamente – um estímulo oportuno para aquela concatenação.

Lecce, Verão 2024.

